



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**FACULDADE DE LETRAS**

**A introdução dativa nas línguas naturais: o caso do Português**

Rafael Pedro de Almeida Phelippe

Rio de Janeiro

2023

RAFAEL PEDRO DE ALMEIDA PHELIPPE

## **A INTRODUÇÃO DATIVA NAS LÍNGUAS NATURAIS: O CASO DO PORTUGUÊS**

Monografia submetida à Faculdade de Letras  
da Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
como requisito parcial para obtenção do título  
de Licenciado em Letras: Português / Italiano.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Regina Vaz Calindro

RIO DE JANEIRO

2023

RAFAEL PEDRO DE ALMEIDA PHELIPPE

## RESUMO

As estruturas ditransitivas, que envolvem dois argumentos internos, geraram uma série de desafios à Gramática Gerativa (Chomsky, 1981 et seq.). Ao longo do tempo, muitas estratégias de introdução do argumento indireto (OI) foram sugeridas (Larson, 1988; Baker, 1988). É possível localizar nas línguas bantu a presença dos chamados núcleos aplicativos, um fenômeno gramatical que permite que um argumento extra seja licenciado, aumentando, assim, a valência verbal da estrutura. Essa análise é levada para outras línguas naturais, entre elas o inglês (Marantz, 1993), de modo a se tornar uma alternativa para explicar as chamadas construções de objeto duplo, onde temos a presença de dois objetos diretos. Nesse sentido, procuramos analisar sentenças ditransitivas do português. Parece não haver um consenso da literatura sobre como se dá introdução dativa na língua, e também, se os núcleos aplicativos estariam à disposição no inventário da língua ou não (Torres Morais, 2007). Para tanto, observamos o estatuto das preposições *a* e *para* no português europeu (PE) e no português brasileiro (PB), bem como o papel do clítico de 3ª pessoa em estruturas ditransitivas. Para além disso, elaboramos um pré-teste linguístico a fim de testar algumas hipóteses sobre o que acontece nas duas variedades da língua portuguesa.

## ABSTRACT

The ditransitive structures, which involve two internal arguments, generated a series of challenges to Generative Grammar (Chomsky, 1981 et seq.). Over time, many strategies for introducing the indirect object (IO) have been suggested (Larson, 1988; Baker, 1988). It is possible to locate in Bantu languages the presence of so-called applicative head, that is a grammatical phenomenon that allows an extra argument to be licensed, thus increasing the verbal structure. This analysis is taken to other natural languages, including English (Marantz, 1993), in order to become an alternative to explain the so-called double object constructions, where we have the presence of two direct objects. In this sense, we propose to analyze ditransitive sentences in Portuguese. There seems to be no consensus in the literature on how the dative introduction functions in the language, and also, whether the application head is available in the language inventory or not (Torres Morais, 2007). To this end, we observed the status of the prepositions *a* and *para* in European Portuguese (EP) and Brazilian Portuguese (BP), as well as the role of the 3rd person clitic in ditransitive structures. Furthermore, we developed a linguistic pre-test in order to test some hypotheses about what happens in the two varieties of the Portuguese language.

*Agradecimentos*

A Deus, por todas as coisas.

Aos meus avós, Paulo e Olga, por todos os ensinamentos.

Aos meus pais, Adriano e Daniela, por serem meu maior exemplo de vida, por todo o esforço e dedicação que permitiram que eu estudasse longe de casa.

À minha irmã, Lara, por ser minha melhor amiga.

A todos os meus amigos, por terem acompanhado de perto cada passo dado durante a graduação, por terem me escutado, me apoiado e me ajudado em tantas coisas.

À minha orientadora, Ana, por ter me abraçado desde o início e ter sido tão paciente comigo, compartilhando conhecimentos e ideias de uma maneira que nenhuma outra pessoa poderia.

Ao professor Alessandro Boechat, por ser o leitor crítico deste trabalho.

**SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b>	<b>11</b>
2.1 As estruturas ditransitivas.....	11
2.2 O núcleo aplicativo.....	13
2.3 O núcleo aplicativo nas línguas romanas.....	16
2.4 O caso do Português.....	16
<b>3. METODOLOGIA</b>	<b>22</b>
3.1 Elaboração do teste linguístico.....	22
3.2 Elaboração do banco de frases.....	23
3.3 Perfil dos participantes do teste linguístico.....	27
<b>4. ANÁLISE DOS RESULTADOS</b>	<b>27</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PRÓXIMOS PASSOS</b>	<b>41</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>41</b>

## 1. Introdução

O presente trabalho se debruça sobre a natureza das construções ditransitivas, as quais envolvem dois argumentos internos, sendo um objeto direto (OD) e um objeto indireto (OI). O foco central deste trabalho será a comparação entre o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE), pois essas variedades foram se distanciando ao longo do tempo no que tange às preposições que introduzem OIs. Logo, essas construções serão analisadas a partir da expressão do OI em contextos específicos, como em verbos de transferência e movimento (*enviar, entregar, dar, etc.*) e de criação (*preparar, fazer, construir, etc.*), pois esses predicados envolvem um argumento OD cujo papel temático é Tema e um argumento OI Alvo. Em PE, esses argumentos indiretos podem ser introduzidos por *a* ou *para* (cf.1), e alternam com clíticos dativos somente quando introduzidos por *a* (cf. 1a). A análise da expressão do OI se justifica através do debate, ainda em andamento, a respeito da forma como o argumento dativo seria introduzido na estrutura argumental do português.

- (1) a. O José enviou uma carta à Maria /enviou-lhe uma carta.  
 b. O José enviou (\*lhe) uma carta para a Maria/ para Lisboa.

Na literatura recente, encontramos exemplos que divergem em torno das estratégias de introdução dativa que estariam presentes no inventário do português. Há uma intensa discussão sobre a existência da alternância dativa no português ou não (cf. Torres Morais, 2007; Brito, 2010).

Esse fenômeno está relacionado com a possibilidade de introduzir o dativo por meio de um núcleo preposicional ou através de um núcleo especializado, isto é, um núcleo cuja função é introduzir um argumento, licenciando-o sintática e semanticamente. O fenômeno se traduz no que é chamado construção de objeto duplo (DOC - *double object construction*) e é caracterizado pela presença de dois sintagmas nominais (NP - *nominal phrase*) desempenhando as funções de OI e OD sem a presença de uma preposição, em contraste com a variante preposicionada. Marantz (1993), na esteira de Baker (1988) e Larson (1988), sugere que a estratégia de aumento de valência por meio de um morfema aplicativo observada nas línguas bantu (cf. 2) pode ser aplicada ao inglês.

- (2) a. Mavuto a- na- umb -a mtsuko.  
 Mavuto SP PAST mold ASP waterpot  
 Mavuto molded the waterpot.

‘Mavuto moldou o pote de água’

b. Mavuto a- na- umb -ir -a mfumu mtsuko.

Mavuto SP PAST mold APPL ASP chief waterpot

Mavuto molded the waterpot for the chief.

‘Mavuto moldou o pote de água para o chefe’

É possível notar no contraste entre (2a) e (2b) que a presença de um morfema aplicativo na raiz verbal modifica a estrutura argumentativa, ao passo que introduz um argumento dativo *o chefe* com a leitura de beneficiário. Nesse sentido, o autor assume que nas DOCs em inglês (cf. 3b) o argumento dativo *Mary* é introduzido por um núcleo aplicativo não realizado fonologicamente, enquanto que em construções preposicionadas (PDC - *prepositional dative construction*) o OI dativo é introduzido por meio da preposição (cf. 3a).

(3) a. I gave an apple to Mary.

‘Eu dei uma maçã para Mary’

b. I gave Mary an apple.

‘Eu dei (para) Mary uma maçã’

Em relação ao português, vemos que a variante europeia da língua vem sendo tema de diversos trabalhos que debatem acerca da possibilidade de termos uma alternância dativa na língua. Brito (2010) e Cépeda & Cyrino (2020) se posicionam contrárias à postulação da existências de DOCs no PE, enquanto que Torres Morais (2007) assume que há.

Torres Morais (2007), assumindo a análise que Cuervo (2003) faz das características apresentadas pelos dativos em espanhol, sugere que no PE os dativos teriam um comportamento semelhante. Defende, portanto, que os argumentos dativos são licenciados sintática e semanticamente por um núcleo especializado, chamado de núcleo aplicativo (AppIP - *applicative phrase*). Desse modo, o PE também estaria sujeito ao fenômeno da alternância dativa nos moldes do que é postulado ao inglês.

A autora argumenta que no PE a preposição *a* não desempenha uma função plena, sendo responsável apenas por marcar o Caso dativo (cf. 4), o que caracterizaria o dativo como um *a*-DP. Atentando-se à característica de que no PE os OIs são introduzidos pela preposição *a* podendo sempre alternar com os pronomes clíticos de 3ª pessoa *lhe/lhes* (cf. 5), Torres Morais defende que a alternância com o clítico não é um recurso possível diante de uma preposição lexical que s-seleciona seu argumento (cf. 6), de modo que reconhece uma

diferença de efeito sintático e semântico produzido pela DOC ante sua variante preposicionada, a PDC.

- (4) a. A Maria enviou uma carta ao João.  
 b. A Maria enviou-lhe uma carta.  
 c. [vP A Maria [ v<sup>'''</sup> v [VP enviou [AppIP ao João/lhe [APPL<sup>'''</sup> Ø [DP uma carta]]]]]]]]

(Torres Morais, 2007, p. 175)

- (5) a. O José enviou uma carta **à Maria**.  
 a' O José enviou-**lhe** uma carta.  
 b. A Maria fez um jantar **aos convidados**.  
 b' A Maria fez-**lhes** um jantar.

(Torres Morais, 2007, p. 91)

- (6) a. O João gosta **da Maria**.  
 b. \*O João **lhe** gosta.  
 c. O João pensa **na Maria**.  
 d. \* O João **lhe** pensa.  
 e. Os turistas assistiram **à opera**.  
 f. \*Os turistas **lhe** assistiram.

(Torres Morais, 2007, p. 92)

Por sua vez, Brito (2009) aponta que o PE sempre realiza a preposição *a* (devido sua natureza defectiva) e, mesmo nos casos onde o OI é expresso por um *a*-DP, a autora sugere que não há diferenças semânticas entre essa construção e qualquer outra realizada por *a*. Em relação ao fato do PP se comportar como DP em determinados contextos, ela concorda com Torres Morais, e acrescenta que essa não é uma observação nova, mas confirmada desde Duarte (1987). Em (7), a agramaticalidade de b ilustra que o dativo *a ela* é um DP, e não um PP.

- (7) a. O João deu-**lhe** o doce **a ela** (e não a ele).  
 b. \*O João deu o doce **a ela**.



Aqui, a diferença de interpretação entre as autoras reside na defesa, por Brito, de que apesar de as construções que envolvem um *lhe* dativo logo após ao verbo se assemelharem às DOCs, o *a*, mesmo com a aparência de *a*-DP, precisa estar previsto na estrutura sintática. Isso porque no PE a realização de *a* seria obrigatória tanto em verbos de dois argumentos internos quanto em verbos que englobam apenas um argumento interno, como demonstrado a partir da agramaticalidade dos exemplos em (8) e (9) (Gonçalves, 1990, p.108-111):

- (8) a. \*A rapariga pediu um disco o tio / A rapariga pediu um disco ao tio.  
 b. \*A rapariga pediu o tio um disco / A rapariga pediu ao tio um disco.  
 (9) \*A rapariga telefonou um amigo / A rapariga telefonou a um amigo.

A autora acrescenta, ainda, que um dos maiores indícios para não ocorrência das DOCs no português seria a impossibilidade do argumento dativo sofrer passivização, conforme o contraste entre (10) e (11):

- (10) \*A Maria foi dada um livro (pelo João).  
 (11) Mary was given a book (by John).

Sobre o português brasileiro (PB), Torres Morais & Berlinck (2018) apontam a substituição da preposição *a* por *para*, ou a alternância entre as preposições *a* e *para* nos mesmos contextos (cf. Calindro, 2015, 2020). Além disso, o complemento indireto não mais alterna com os clíticos, sua substituição é feita através de preposições seguidas de pronomes plenos (cf. 12):

- (12) A Maria enviou uma carta **para/a o João / ele**.

Esses dados são evidência de que o PB está se distanciando de outras línguas românicas no que tange à marcação de Caso, pois, no contexto dos OIs, o PB parece não ter preposições funcionais, como o *a* do PE, responsável pela marcação de Caso dativo nessa variedade (cf. Torres Morais, 2007). Mesmo o *a* presente em PB seria um elemento lexical e não funcional, ou seja, depreende-se que o *a* no PB, ao contrário do PE, não gera uma leitura ambígua, permitindo, assim, uma alternância e competitividade entre *a* e *para*. No PE, essa ambiguidade causada por *a* seria explicada por meio da leitura semântica atrelada aos exemplos em (13):

(13) a. O José enviou uma carta **à Maria** /enviou-**lhe** uma carta.

b. O José enviou uma carta **para a Maria**.

Sobre (13b), Torres Morais diz que essa sentença só é possível caso um participante intermediário seja pressuposto, de modo que *Maria* não seja, portanto, imediatamente afetada pela transferência de posse. Deduz-se, então, algo como *o José enviou -lhe (ao João) uma carta para que este a entregasse à Maria*. Quanto a (13a), aí sim teríamos uma transferência direta entre José e Maria.

Já o PB não apresenta leituras distintas quando o argumento Alvo de uma estrutura como (12) é introduzido por *para* ou *a*. Dessa forma, de acordo com Calindro (2015), o PB passou a ter somente marcação de Caso estrutural oblíquo atribuído por preposições lexicais. Esses acontecimentos implicariam na perda das características que compõem a DOC, fazendo com que a variedade não apresente núcleo aplicativo (cf. Pylkänninen 2002) em suas estruturas. A partir disso, Calindro conclui que seja qual for a preposição que introduz o OI em PB, teremos uma estrutura PDC.

Além do exposto, observa-se uma ambiguidade em relação à preposição *para*, onde o complemento pode ser entendido tanto como alvo da ação (cf. 14) ou como beneficiário do evento (cf. 15).

(14) O João entregou o livro para a Maria.

(15) O João entregou a carta para a Maria na secretaria.

Tendo em vista o contraste entre as posições apresentadas anteriormente, observamos que não há um consenso acerca de como o OI é introduzido na estrutura argumental em português. Nesse sentido, as distinções morfossintáticas entre o PB e o PE (cf. Galves, 2007, 2020) se mostram peça fundamental para validarmos ou não a presença do núcleo aplicativo nas respectivas variedades; de modo que a compreensão sobre o estatuto dos dativos se torna ponto importante para explicarmos os percursos diferentes que o PB e o PE percorreram na introdução dos objetos indiretos, sobretudo no que tange ao valor sintático-semântico atribuído pelas preposições nessas variantes.

Assim sendo, nossa hipótese baseia-se na observação de que existiriam dois tipos de preposições no PE, ao passo que no PB apenas um tipo de preposição seria posto em prática. Através de uma análise diatópica, é possível perceber uma notável mudança no funcionamento do pronome clítico dativo no PB. Berlinck (1997), ao coletar dados da fala de jovens curitibanos, demonstra que apenas em 1% dos casos o dativo de 3ª pessoa foi realizado

como pronome clítico. A maior ocorrência de clíticos dativos é associada à 1ª e 2ª (*me/te*) pessoa, com maior ocorrência da última, o que demonstra que o clítico dativo de 3ª pessoa (*lhe*) passa por uma gradual transformação de estatuto no PB, quando comparado aos parâmetros associados ao PE, onde a análise da fala padrão dos portugueses indica que a realização do dativo anafórico de terceira pessoa é amplamente preferida, até mesmos em contextos de menor escolaridade (cf. Freire, 2005).

Para verificar nossa hipótese, elaboramos um teste linguístico (será detalhado na seção 3) que promove pistas linguísticas a respeito da compreensão do funcionamento das estruturas ditransitivas pelos falantes nativos de ambas as variedades. Espera-se, assim, não apenas trazer respostas sobre a compatibilidade do PE com a estrutura de objeto duplo, mas também promover um estudo comparativo entre o PE e o PB visando compreender o funcionamento das Línguas-I (cf. Chomsky, 1986) dos portugueses e brasileiros, além de atestar as motivações pelas quais o contexto associado à preposição *para*, em PE, se transformou em uma interpretação geral diferente em PB (; Calindro, 2015; Torres Morais & Berlinck, 2018). Retomando os exemplos em (13), vemos que em (13b) *para* só pode estar associado à uma leitura de beneficiário (Maria) ou de locativo (Lisboa). No PB, além do *para* incorporar as leituras de Beneficiário e Locativo, também engloba a semântica de Alvo, que no PE se restringe ao *a* (Calindro e Torres Morais, 2023). Assim, também espera-se compreender através do teste como a preposição *para* passou a ter caráter de *superset* em PB. Categorizando, assim, a relevância que a semântica de atribuição de um papel temático através das preposições possui para delimitar ou não os cenários onde é possível sugerir a ocorrência de uma projeção aplicativa.

(16) Marco comprou (\**lhe*) um carro **para o filho / para ele**.

(Gonçalves & Raposo, 2013, p. 1177)

(17) O José enviou uma carta **para Lisboa** (\**lhe*) (lá).

Em consonância com o planejamento traçado à luz de nosso projeto de Iniciação Científica, desenvolvido durante a graduação, elaboramos uma versão inicial do teste linguístico. Os dados utilizados, bem como os resultados obtidos nesse pré-teste, serão apresentados e discutidos neste presente trabalho na seção 4. Logo, esta monografia está organizada da seguinte forma, além desta introdução, trazemos a revisão bibliográfica na seção 2, em que percorremos a cronologia dos núcleos aplicativos até chegarmos à sua proposta de inclusão no português. Na seção 3, apresentamos a metodologia utilizada,

juntamente dos dados e elementos que serviram de base para a elaboração do pré-teste linguístico. Analisamos e comentamos os resultados obtidos na seção 4, e tecemos nossas conclusões finais na seção 5.

## 2. Revisão bibliográfica

### 2.1 As construções ditransitivas

Tradicionalmente, as construções ditransitivas representam um desafio ao modelo representacional binário da Teoria Gerativa. No decorrer dos anos, inúmeros modelos sintáticos foram sugeridos a fim de dar conta do problema da introdução de dois argumentos em uma estrutura binária. Em Larson (1988), observamos que as duas representações de ditransitivas mais famosas à época (cf. 18 e 19) refletiam uma série de contradições.

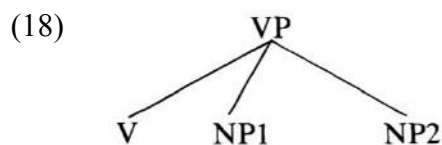


Imagem 1: Estrutura ditransitiva proposta por Oehrle (1976)

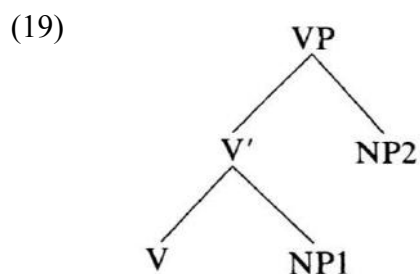


Imagem 2: Estrutura ditransitiva proposta por Chomsky (1981)

A partir de uma análise de como os argumentos se comportam na estrutura sintática, observa-se algumas assimetrias entre os dois argumentos internos. No sentido de que em (11), tanto o NP1 quanto o NP2 estariam mutuamente c-comandando um ao outro, e, em (12), teríamos um c-comando assimétrico de NP2 em relação a NP1. Larson, portanto, conclui que: a) o comportamento assimétrico desses dados sintáticos não podem, de fato, ser explicados somente através da noção de c-comando, exigindo, por exemplo, a visualização da

precedência linear, ordem em que os constituintes são selecionados; b) que esses fatos demonstram que uma configuração estrutural, diferente de (11) e (12), está envolvida no processo de derivação de sentenças ditransitivas.

Diante disso, uma etapa indispensável é a compreensão de como os argumentos são licenciados sintática e semanticamente. Através disso, conseguimos nos aproximar, cada vez mais, de uma representação sintática que dê conta de todos os processos e fenômenos envolvidos na derivação. Por conseguinte, se faz necessário deixarmos explícitas as bases teóricas que embasam esse trabalho, compreendendo desde o modo como léxico é observado até o funcionamento da estrutura argumental dos diferentes verbos, procurando, sempre, dar respostas às variações encontradas nas diferentes línguas, de modo a explicar as diferenças e particularidades do nosso objeto de estudo à luz dos universais linguísticos.

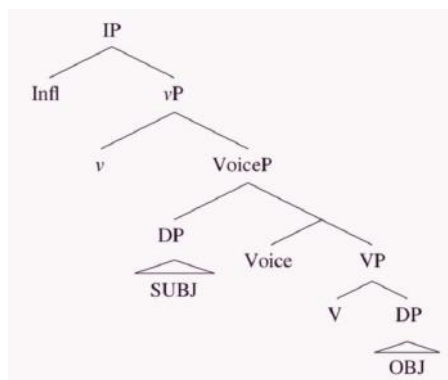
Assim sendo, partimos do confronto entre a visão lexicalista e a visão construcionista. Ao contrário do que defende a teoria lexicalista, que assume que as entradas lexicais possuem traços sintáticos e semânticos codificados, de modo que, se pensarmos em um verbo, esse verbo possuiria, já em sua entrada lexical, todas as informações necessárias para compor o aspecto estrutural de seu significado, reiteramos a ideia de que a formação das palavras, bem como as relações compreendidas pelas diversas eventualidades verbais (eventos e estados), é construída na sintaxe, em consonância com a visão construcionista. Desse modo, se os verbos, em suas entradas lexicais, não são capazes de atribuir papéis- $\theta$  aos argumentos que selecionariam, é preciso recorrer à proposta de que os valores semânticos denotados pelos papéis- $\theta$  são gerados por meio da estrutura eventiva expressa pelos verbos.

Ao observar as relações entre o argumento externo de um verbo e seu complemento, Marantz (1993) chegou à conclusão de que o argumento externo não funciona como argumento verdadeiro de um verbo, antes, só se relaciona ao evento verbal descrito através da relação verbo e objeto. Sua observação baseia-se na tese de que o verbo junto de seu objeto direto parece promover uma unidade de sentido que não encontramos através do elo sujeito e verbo. É dessa forma que enunciados como “tirou uma soneca” e “tirou sarro” demonstram uma significação especial quando comparados a “Paulo tirou”. Assim, Marantz (1984) abre espaço para mais reflexões acerca da assimetria entre argumento externo e argumento interno.

Kratzer (1996), ampliando a proposta de Marantz, propõe que os argumentos externos não são argumentos licenciados pelo verbo, sendo selecionados por um núcleo denominado Voice (cf. 20). Dessa forma, o núcleo Voice passa a ser o responsável por relacionar o argumento externo ao evento descrito pelo verbo. Nesse processo, Voice identifica qual a

natureza do evento verbal, de modo a atribuir ao argumento externo (especificador) um papel- $\theta$  específico.

(20)



Essas noções são fundamentais para nos ajudar a compreender a complexidade dos predicados ditransitivos, à medida que a noção dos argumentos externos não serem argumentos licenciados pelo verbo, mas sim pelo *Voice*, abre espaço para considerarmos que os argumentos podem ser introduzidos por núcleos especializados, viabilizando, assim, a existência de núcleos aplicativos.

## 2.2 O núcleo aplicativo

O debate em torno das construções aplicativos inicia-se a partir das primeiras descrições de algumas línguas nativas da América e das chamadas línguas bantu, procurando proporcionar uma explicação adequada às mudanças de funcionamento gramatical observadas nas línguas de caráter aglutinante e polissintético. Nessas línguas, os núcleos aplicativos representam um fenômeno gramatical que permite que um argumento extra seja licenciado, aumentando a valência verbal.

A partir da análise do Chichewa (língua bantu), Marantz (1993) observou que a estratégia de aumento de valência verbal presente nessas línguas ocorre através da incorporação de um morfema aplicativo na raiz verbal (cf. 21). Segundo o autor, essas construções se assemelhariam às construções de objeto duplo (DOC) encontradas no inglês (cf. 22b). Logo, assim como nas línguas bantu, nas DOCs, há uma posição sintática marcada e o argumento dativo seria introduzido por um núcleo aplicativo (ApplP) não pronunciado fonologicamente, como se observa em (22b):

- (21) Chitsiru chi-na-gul-ir-a                      atsikana mphatso.  
 idiota    SP-pst-comprar-APPL-fv    meninas presente

‘O idiota comprou um presente para as meninas’

(Alsina & Mchombo, 1990, p. 18)

(22) a. John gave a book to Mary.

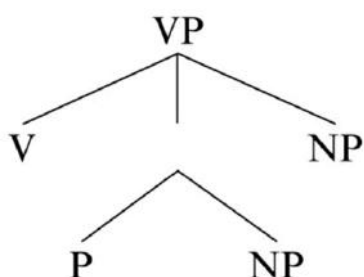
‘John deu um livro para a Mary’

b. John gave Mary a book.

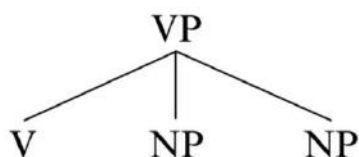
‘John deu Mary um livro’

Se faz indispensável mencionar que, dentre as diversas abordagens teóricas que as construções aplicativas receberam na literatura, adota-se a tipologia dos aplicativos elaborada em Pylkannen (2002). Portanto, analisamos esse fenômeno na contramão de Jeong (2006), em que o autor divide as estruturas aplicativas em simétricas e assimétricas, e de Baker (1988) (cf. 23), na qual defende-se que nas aplicativas transitivas simétricas, o OD e o objeto aplicativo são ativos sintaticamente (dessa forma, podem promover a concordância verbal e virarem sujeito da passiva) e que nas aplicativas transitivas assimétricas apenas o objeto aplicativo teria comportamento sintático.

(23) a. Aplicativo assimétrico



b. Aplicativo simétrico



À luz da Morfologia Distribuída de Marantz, Pylkannen propõe a existência de dois tipos de núcleos aplicativos: 1- Núcleo aplicativo alto<sup>1</sup>: caracterizado por relacionar um indivíduo ao evento descrito pelo verbo (cf. 24). A autora identifica, para esse tipo de aplicativo, algumas funções específicas como beneficiário, instrumento, locativo, fonte, etc.

<sup>1</sup> Para uma discussão sobre a relação entre aplicativos altos e baixos e verbos de criação no português, confira Calindro (2021).





- (26) a. \*He ate the wife food.  
           ‘Ele comeu a comida (pela) esposa’  
 b. \*John held Mary the bag.  
           ‘John segurou a bolsa (por) Maria’

Pylkannen ainda observa que, apesar de o inglês apresentar similaridades ao chaga, de origem bantu, devido à presença da DOC com um objeto aplicativo de conotação benefectiva (ex. 22b), existe uma assimetria entre as línguas. Assim, por estar condicionado por propriedades sintáticas divergentes, o inglês comportaria apenas a construção aplicativo baixa (cf. 21c), já que, ao contrário do chaga, revela agramaticalidade na tentativa de introduzir um argumento aplicativo benefectivo a verbos inergativos (cf. 26).

### 2.3 O núcleo aplicativo nas línguas românicas

A partir da análise dos núcleos aplicativos para o inglês, a postulação de um núcleo funcional aplicativo pôde ser reconhecida como uma alternativa de introdução dativa nas variadas línguas naturais. As línguas românicas não fogem a isso. Cuervo (2003), ao analisar construções do espanhol que envolvem o redobro do clítico, analisa que essa projeção estaria presente no repertório da língua. Segundo a autora, a presença do clítico configuraria o que caracterizaria um *Spell-out* (cf. Chomsky, 1995) do núcleo aplicativo (cf. 27c). Sendo assim, a presença do clítico dativo se torna essencial para postular o aplicativo em espanhol.

- (27) a. Pablo mandó a Gabi un diccionario  
       b. Pablo le mandó a Gabi un diccionario  
       c. [VoiceP Pablo [v' voice [VP mandó [AppIP a Gabi [APPL' le [DP un diccionario]]]]]]

(Cuervo 2003, p. 35)

### 2.4 O caso do português

Como apresentado na introdução, Torres Morais (2007), em consonância à proposta de Cuervo (2003) para o espanhol, leva a análise dos aplicativos para o português, a começar com o PE. A autora defende que, apesar dessa análise já ter sido feito a outras línguas românicas além do espanhol, como o italiano e o francês (línguas em que parece haver um

consenso da literatura sobre a não ocorrência das DOCs), é válido observar o português, pois esse apresenta um fenômeno parecido com o espanhol no que concerne à realização dos clíticos dativos.

Como visto anteriormente, o espanhol exige o redobro do clítico quando ocorre um DP-dativo introduzido por *a* na sentença, caso não haja, o que se tem é uma construção PP. Essas diferenças implicam não só em diferenças sintáticas, mas também em diferenças semânticas, como ilustra o exemplo em (2):

(28) a. Pablo **le** mandó un diccionario **a Gabi/\*a Barcelona**.

‘Pablo (lhe) mandou um dicionário a Gabi/\*a Barcelona’

b. Pablo mandó un diccionario **a Gabi /a Barcelona**.

‘Pablo mandou um dicionário a Gabi/a Barcelona’

Em (28a) o uso da DOC implica que há uma transferência direta entre o argumento Tema *dicionário* e o Alvo *Gabi*, assim como nas DOCs em inglês (cf. Larson, 1988). Já na PDC (28b) não há transferência direta, segundo Cuervo supõe-se que o dicionário é enviado primeiramente a outra pessoa e depois ao Alvo *Gabi*. Ademais, a agramaticalidade observada em (28a) confirma que a DOC, no espanhol, não se realiza quando diante de um locativo puro. Isso demonstra que entre a DOC e a estrutura preposicionada existem diferenças de significado.

Ao analisar o comportamento dos clíticos no PE, Torres Morais propõe que a justificativa da presença do aplicativo na língua se daria através da natureza argumental do clítico presente nessas estruturas. A autora propõe, então, que os clíticos dativos são gerados como argumentos no PE. O que a ajuda a explicar as diferenças entre o *a* como preposição plena e o *a* enquanto *a*-DP é o contraste obtido ao tentarmos associar clíticos a complementos preposicionados (PP), como em (29), que demonstra a impossibilidade dessa tentativa. Ou seja, a alternância do *a*-DP com o clítico seria a evidência de seu estatuto de dativo, já na construções em (28) o que se tem são PPs com caso genitivo e oblíquo.

(29) a. O João gosta **da Maria**.

b. \*O João **lhe** gosta.

c. O João pensa **na Maria**.

d. \* O João **lhe** pensa.

e. Os turistas assistiram **à opera**.

f. \*Os turistas **lhe** assistiram.

Para além disso, exemplos de algumas gramáticas da língua, como a de Mateus & alii (2003), ao classificar diferentes tipos de complemento, ora tratando-os como OI - complemento indireto, ora como complemento oblíquo, acabam por confirmar, de alguma forma, essa aparente ambiguidade em relação à preposição *a*. Em (30) vemos alguns exemplos do que será considerado como complemento indireto:

- (30) a. O João deu um livro **ao Pedro**.  
 b. Os miúdos pediram uma bicicleta **aos pais**.  
 c. Os meus primos compraram o apartamento **a uma imobiliária muito conhecida**.  
 d. Todos os convidados trouxeram flores **à anfitriã**.

(Mateus & alii, 1991, p. 296)

Em contrapartida, (31) apresenta exemplos do que é entendido como complemento oblíquo:

- (31) a. Partilhou o almoço **com o amigo**.  
 b. O helicóptero transportou os feridos **para o hospital**.  
 c. O caixa depositou o dinheiro **no cofre**.  
 d. O cirurgião retirou uma agulha do estômago **do doente**.

(Mateus & alii, 2003, p. 297).

Torres Morais, comentando esse caso, sugere que a resolução da ambiguidade da preposição *a*, sobre a ocorrência do *a* como marcador de Caso ou como preposição plena lexical, pode ser atingida através da alternância dativa. Dessa forma, analisa que o PE comporta a DOC nos casos em que o argumento é dativo, apresentando as características sintáticas e semânticas pertinentes ao núcleo aplicativo baixo (cf. Pylkänen (2002)).

Em contrapartida, Brito (2009), mesmo que reconheça que existam duas construções possíveis para as estruturas ditransitivas no PE, defende que essa alternância dativa é diferente do que ocorre no inglês. Ao contrário do que diz Torres Morais (2007), Brito pauta sua análise não em diferenças sintáticas e semânticas atreladas à preposição *a*, mas sim em elementos como ordem de palavras, ligação, escopo, entre outros.

Brito parece observar o fenómeno, primeiramente, através da ordem das palavras. Dessa forma, institui que a DOC no português deveria, em suma, se parecer com as construções do inglês que seguem a ordem V OI OD (como mostrado em (22b)). Ao

rememorar as diferentes maneiras de expressão do OI feitas por Torres Morais, Brito divide-as em:

(32) *Construção com pronome clítico dativo simples*

a. O José enviou-lhe uma carta.

*Construção com pronome clítico dativo redobrado*

b. O José enviou-lhe uma carta a ela.

*Construção com a ordem V OI OD, com a preposição a*

c. O José enviou à Maria uma carta.

*Construção com a ordem V OD OI, com a preposição a*

d. O José enviou uma carta à Maria.

(Brito, 2009, p.4-5)

A autora compreende, erroneamente, que, para Torres Morais, a DOC ocorreria nos exemplos (32a) e (32b), por conta do OI realizado a partir da forma pronominal (*lhe*) aparecer imediatamente após o verbo, (32c), por termos uma expressão nominal diante do verbo, isso é, considerar que em *à Maria* teríamos um *a*-DP por causa da inserção tardia de *a*, e que em (32d) teríamos uma verdadeira preposição. Como demonstramos anteriormente, essa análise não condiz com os argumentos propostos por Torres Morais.

Dessa forma, a análise feita por Brito parece ter, já em seu preâmbulo uma tendência ao equívoco. Quando analisa os exemplos (32c) e (32d), justifica que as frases são sinônimas entre si, havendo apenas uma ordem diferente entre elas, em que ambas seriam derivadas de uma mesma ordem subjacente, sofrendo, depois, alguns movimentos que acarretariam nessa diferença. Ao instituir que a posição entre os constituintes é um dos principais pretextos para validação da DOC, Brito abre mão de compreender a semântica por trás dos exemplos, e, dessa forma, perde de vista uma fundamentação mais sólida de sua crítica à Torres Morais.

Além do mais, adota uma classificação que divide os dativos em verdadeiros ou acrescentados, o que nos parece uma visão equivocada a respeito da relação Léxico-Sintaxe. Acrescenta, ainda, que a postulação de um núcleo aplicativo deve estar atrelada às construções nas quais o dativo não é argumental. Para ilustrar isso no PE, elenca verbos como *dar* e *entregar*, em que diz que é necessária a interpretação de um OI nesses casos, e verbos como *colocar*, *preparar* e *construir*, os quais não pressupõe a obrigatoriedade dessa interpretação, mesmo que, em alguns casos, ela seja possível. Separa, portanto, os primeiros exemplos como dativos verdadeiros e os segundos como dativos não-verdadeiros, ou

acrescentados. Realiza um pequeno teste para fundamentar que argumentos verdadeiros não são facilmente acrescentados à perguntas com *fazer*:

(33) \*O que é que o João fez ao Pedro? Ofereceu um CD.

\*O que é que os miúdos fizeram aos pais? Pediram uma bicicleta.

(Brito, 2009, p. 9)

Finalmente, Brito concorda que no PE teríamos duas estruturas possíveis para as ditransitivas, e, portanto, que o PE está sujeito também à alternância dativa. No entanto, defende que o fenômeno se realiza na língua diferentemente do que acontece no inglês, pois indica que em ambas as construções teríamos o mesmo tipo de preposição (em essência, um marcador de caso dativo). Dessa maneira, com preposições com estatuto semelhante, não haveria razões para propor a existência de um núcleo aplicativo. Em Brito (2015), a autora acrescenta que, nesses casos, o núcleo aplicativo parece desnecessário, a não ser em relação, talvez, aos argumentos extras / acrescentados / dativos não argumentais. Todavia, não analisa esses elementos mais a fundo nesse trabalho. Conclui que a natureza lexical do verbo é um dos principais fatores para distinguirmos construções ditransitivas, já que aponta que alguns verbos possuem uma trajetória definida, enquanto outros não. Essa proposta nos parece, em alguns pontos produtiva (como sugerir que não temos uma interpretação de transferência de posse tão clara semanticamente em relação às duas construções do PE como temos em relação ao inglês e ao espanhol), mas se mostra com algumas lacunas e pontos a serem revistos, os quais pretendemos analisar com mais ênfase em trabalhos futuros.

Com esse escopo, pretendemos continuar desenvolvendo e analisando o percurso dos aplicativos nas línguas naturais. Nos debruçando, primeiramente, sobre o PE e o PB, e futuramente sobre variedades dialetais do PB (cf. Cavalcante & Barros, 2012; Barros & Calindro, 2023).

Há o registro na literatura de três dialetos brasileiros que apresentam estruturas semelhantes às DOCs do inglês, vejam os exemplos a seguir:

(34) a. Dá **o** **peçoá** muita lembrança, minha fia

b. Deu **Luísa** iss'aí pra Luísa prantá

(Helvécia, Inq-19)

(35) a. Eu dei **o** **rapaz** o livro

b. Eu dei o livro **o** **rapaz**

(Scher, 1996, p.12)

- (36) a. ...aí ele dava comida pa/p'os caboco.../...aí ele deu um café pra ele...  
 b. ...foi o Inácio que me deu ele...  
 c. ...di [dei] ø ele o sabão de bola... e ele tomô o banho...

(Nascimento, 2007)

O exemplo (34) foi retirado de Barros (2008), estudo que aborda o português de Helvécia (BA), um dos representantes do que é chamado na literatura de português afro-brasileiro, pois são dados de comunidades quilombolas com descendentes dos africanos trazidos ao Brasil (cf. Barros e Calindro, 2023). Em (35), vemos um exemplo do português da Zona da Mata de Minas Gerais (cf. Scher, 1996; Armelin, 2011), já em (36) temos dados oriundos do chamado português dialetal do Brasil central (PBC), representados, aqui, por informantes do Goiás.

Um dos objetivos na elaboração do teste linguístico é compreender a relevância da adjacência da partícula aplicativa ou da preposição lexical aos demais constituintes ao contrapor a ideia de que a estrutura argumental das ditransitivas seria baseada na ordem OD > OI, sendo a ordem OI > OD apenas uma configuração derivada da primeira, e não uma ordem gerada na derivação sintática, como afirmam Brito (2009) e Cépeda & Cyrino (2020).

Especificamente em relação ao dialeto da Zona da Mata (MG) (cf. Scher, 1996; Armelin, 2011), observou-se que certos elementos propiciam o apagamento da preposição diante de artigos e pronomes (cf. 35), mas não diante de quantificadores (cf. 37 e 38).

- (37) a. O Marcos deu um presente \*(a) *todos* os seus irmãos.  
 b. O Marcos deu \*(a) *todos* os seus irmãos um presente.  
 c. A Maria enviou o seu convite de casamento \*(a) *alguns* de seus amigos.  
 d. A Maria enviou \*(a) *alguns* de seus amigos o seu convite de casamento.

(Scher, 1996, p. 41-42)

- (38) a. Ele não entregou os livros \*(a) *nenhum* aluno.  
 b. Ele não entregou \*(a) *nenhum* aluno os livros.  
 c. Ele não entregou os livros \*(a) *ninguém*.  
 d. Ele não entregou \*(a) *ninguém* os livros.

(Cavalcante & Barros, 2012, p. 486)

Essa última característica se mostra relevante, ao passo que nos parece que esses contextos de apagamento se expandiram para outros dialetos. Esperamos, portanto, testar

outros contextos de apagamento que nos ajude a compreender o porquê de algumas frases nos parecerem gramaticais e outras não (cf. 39).

(39) a. Eu dei todo mundo o livro.<sup>2</sup>

b. ?Eu dei o livro o rapaz.

### 3. Metodologia

#### 3.1 Elaboração do teste linguístico

A elaboração do pré-teste linguístico<sup>3</sup> levou em consideração os pressupostos teóricos-metodológicos presentes em Wood (2009). Dessa forma, nos preocupamos em realizar um teste dividido por seções, onde o participante não visualizava as questões de uma só vez, de modo a evitar que o participante avançasse ou retrocedesse para reavaliar suas respostas. Para a versão final do teste, pretendemos organizá-lo de modo a compreender as duas possibilidades: uma em que os participantes possam reavaliar suas respostas de acordo com o teor geral das perguntas, e uma que siga o que foi realizado no pré-teste. Assim, esperamos observar se há diferença considerável entre os resultados obtidos.

Sua aplicação ocorreu de modo *online*, através da plataforma *Google Forms*, e contou com a participação de 10 falantes nativos do PB, os quais responderam 21 questões num período estimado de 10 minutos, além do preenchimento de uma seção de identificação do participante e de uma seção de perguntas extralinguísticas que visavam captar a percepção dos falantes sobre a gramática de sua própria língua. Além disso, em todas as questões, disponibilizamos um espaço para que, caso desejasse, o participante fizesse um comentário acerca do que foi respondido para que conseguíssemos, de alguma forma, constatar a motivação de suas escolhas. Espera-se, assim, rastrear a série de fatores que nortearam as escolhas de cada um.

O pré-teste teve como principais objetivos testar os respectivos itens:

**1- Ordem do OD e do OI:** Analisar se a ordem em que o objeto direto (OD) e o objeto indireto (OI) aparecem na sentença importa ou não;

<sup>2</sup> Esse exemplo de gramaticalidade foi sugerido pela professora Silvia Cavalcante durante apresentação na 11ª SIAC da UFRJ, o que pode indicar a transferência desse elemento ao dialeto carioca.

<sup>3</sup> Trata-se de um pré-teste, pois, neste primeiro momento, testamos apenas falantes do PB. Desse modo, o pré-teste se propôs a obter uma amostragem de respostas que pudessem confirmar se as perguntas elaboradas realmente estavam testando aquilo que desejávamos. Em trabalho futuro, a ser realizado durante o mestrado, testaremos mais falantes (brasileiros e portugueses).

**2- Passivização do OI:** Analisar se é possível passivizar o argumento dativo, tal como ocorre no inglês;

**3- Cliticização do OI:** Analisar se de fato existem dois tipos de preposição no português europeu (PE) e apenas um no português brasileiro (PB);

**4- Redobro do clítico:** Analisar os contextos em que ocorre redobro do clítico em PE, relacionando com os dados do espanhol;

**5- Percepção dos falantes em relação ao clítico:** Analisar se os falantes brasileiros realmente associam o clítico de 3ª pessoa à 2ª pessoa;

**6- Preferência dos falantes em relação ao uso de *para* ou *a*:** Analisar quais são as preposições preferíveis pelos falantes em determinados contextos, e

**7- Leitura semântica atrelada à preposição:** Analisar se as leituras semânticas variam de acordo com a preposição utilizada no contexto.

### 3.2 Elaboração do banco de frases

Para fomentar as perguntas do pré-teste, foi construído um banco de frases com base na literatura sobre o tema, visando organizar os contextos isolados. Ao todo, foram coletadas 118 frases de textos como Duarte (1987 e 2003), Torres Morais (2007) e Brito (2009), as quais também servirão de base à versão final do teste linguístico. Os contextos verbais escolhidos foram: verbos de criação, transferência e movimento. Essa escolha se justifica à medida que verbos como esses costumam selecionar dois argumentos internos.

Dessa forma, pudemos elencar boa parte dos exemplos citados na bibliografia de apoio de acordo com a tipologia de dativos proposta em Berlinck (1996). Os dados foram separados em quatro diferentes grupos que denotam semânticas diferentes. Todos os dados foram identificados de acordo com a variedade da língua à qual pertencem.

#### **I: Frases que denotam transferência material; arquétipo do grupo: verbo dar**

(N faz com que N1 seja possuído por N2)

1. A Maria deu um livro ao João. (Português Europeu)
2. A Maria deu ao João um livro. (Português Europeu)
3. A Maria deu-lhe um livro. (Português Europeu)
4. \* Maria deu-lhe um livro ao João. (Português Europeu)
5. A Maria deu-lhe um livro a ele. (Português Europeu)
6. A Maria deu-lhe a ele um livro (e não a ela). (Português Europeu)
7. \*A Maria foi dada um livro (pelo João). (Português Europeu)



8. \*O João deu um livro a Pedro e Luís. (Português Europeu)
9. Dei-lhe um livro a ela. (Português Europeu)
10. \*Dei-lhe um livro para ela. (Português Europeu)
11. \*Ela foi dada um livro. (Português Brasileiro)
12. Eu dei o rapaz o livro. (Português Brasileiro)
13. Eu dei o livro o rapaz. (Dialectos do Português Brasileiro)
14. \*Os meninos foram dados um livro. (Dialectos do Português Brasileiro)
15. O António deu uma lição ao Pedro. (Português Europeu)
16. ?? O António deu ao Pedro uma lição. (Português Europeu)
17. O António deu ao Pedro uma lição de português e à Maria uma de matemática. (Português Europeu)
18. O João deu-lhe o doce a ela (e não a ele). (Português Europeu)
19. \*O João deu o doce a ela. (Português Europeu)
20. O José deu um bombom à Maria. (Português Europeu)
21. \*O José deu-lhe um bombom à Maria. (Português Europeu)
22. A Olga deu uma maçã para o Mário. (Português Europeu)
23. A Olga deu para o Mário uma maçã. (Português Europeu)
24. \*O Mário foi dado uma maçã. (Português Europeu)
25. O patrão deu a cada trabalhador o seu cheque. (Português Europeu)
26. \*O patrão deu o seu cheque a cada trabalhador. (Português Europeu)
27. Ele deu flores para a namorada. (Português Brasileiro)
28. Ele deu flores para ela. (Português Brasileiro)
29. Aí dei a ele o jogo. (Português Brasileiro)
30. Eu falaria com o João para me dar um emprego melhor os meus filhos. (Português Brasileiro)
31. Eu falaria com o João para me dar um emprego melhor o meu filho. (Português Brasileiro)
32. Aí Jesus Cristo deu pra ele uma inteligência. (Português Brasileiro)
33. Deu o japonês vinte mil. (Dialectos do Português Brasileiro)
34. Dava eles purgante. (Dialectos do Português Brasileiro)
35. Deu Luísa iss'aí. (Dialectos do Português Brasileiro)
36. Dá coisa assim... é quando vai pra Santa Maria, compra coisa, dá ele o que tiver de lá de bom. Até cerâmica pra eu dá mãe dele. (Dialectos do Português Brasileiro)
37. Deu Luísa iss'aí pra Luísa prantá. (Dialectos do Português Brasileiro)
38. Acho que num dero eles não. (Dialectos do Português Brasileiro)
39. Dá ele recado certim. (Dialectos do Português Brasileiro)
40. Dá o pessoá muita lembrança, minha fia. (Dialectos do Português Brasileiro)
41. Os jovens são dados responsabilidades de família. (Português de Moçambique)
42. O José enviou à Maria uma carta. (Português Europeu)

43. O José enviou-lhe uma carta. (Português Europeu)
44. O José enviou-lhe uma carta a ela. (Português Europeu)
45. O João enviou uma carta à Maria. (Português Europeu)
46. O João enviou uma carta para a Maria / Lisboa / o Banco de Portugal. (Português Europeu)
47. Maria enviou a carta para/ao João. (Português Brasileiro)
48. Maria enviou a carta para/a ele. (Português Brasileiro)
49. A Maria enviou uma carta ao João/enviou-lhe. (Português Brasileiro)
50. ?O João lhe foi enviado uma carta. (Português Brasileiro)
51. O João entregou um livro à Maria. (Português Brasileiro)
52. O João entregou o livro para a Maria. (Português Brasileiro)
53. O João entregou a carta para a Maria na secretaria. (Português Brasileiro)
54. Ele entregou o pai. (Dialectos do Português Brasileiro)
55. O José ofereceu um bom vinho aos convidados/lhes. (Português Europeu)
56. O João ofereceu um CD ao Pedro. (Português Europeu)
57. \*O que é que o João fez ao Pedro? Ofereceu um CD. (Português Europeu)
58. O José ofereceu/forneceu ajuda aos flagelados da seca/ofereceu-lhes. (Português Europeu)
59. O José ofereceu/forneceu ajuda para os flagelados da seca. (Português Europeu)
60. O José devolveu o dinheiro aos clientes/devolveu-lhes. (Português Europeu)
61. \*O José devolveu o dinheiro para os clientes. (Português Europeu)
62. O José atribuiu uma tarefa aos alunos/atribuiu-lhes. (Português Europeu)
63. \*O José atribuiu uma tarefa para os alunos. (Português Europeu)

Com interpretação semântica diferente:

(N1 é retirado do domínio de N2 -> construção impossível com o complemento sendo introduzido pela preposição *para*)

64. A Maria comprou um livro à vendedora para a filha. (Português Europeu)
65. O João comprou um livro ao vendedor. (Português Europeu)
66. O João comprou um livro à filha. (Português Europeu)
67. O João comprou um livro à vendedora para a filha. (Português Europeu)
68. O José comprou um computador ao seu filho/comprou-lhe. (Português Europeu)
69. O José comprou um computador para o seu filho. (Português Europeu)
70. \*A rapariga pediu um disco o tio. / A rapariga pediu um disco ao tio. (Português Europeu)
71. \*A rapariga pediu o tio um disco. / A rapariga pediu ao tio um disco. (Português Europeu)
72. Os miúdos pediram uma bicicleta aos pais. (Português Europeu)
73. \*O que é que os miúdos fizeram aos pais? Pediram uma bicicleta. (Português Europeu)
74. \*Pedi a ele que me enviasse os arquivos. (Português Europeu)
75. Pedi-lhe que me enviasse os arquivos. (Português Europeu)

76. Pedi-lhe a ele que enviasse os arquivos (a ele, não a...) (Português Europeu)
77. Cê manda pedi um empresti ele. (Dialeto do Português Brasileiro)
78. E pede um comprovante ao presidente do morro né? Pede o seu Aurino, pede um comprovante ele. (Português Brasileiro)
79. Sempre pedia opinião a ela. (Português Brasileiro)
80. O José roubou o relógio ao Pedro/roubou-lhe. (Português Europeu)
81. O Cebolinha cortou as orelhas ao coelhinho/cortou-lhe. (Português Europeu)

**II: Frases que denotam transferência verbal e perceptual; arquétipo do grupo: verbo dizer**

(Não envolve a transferência de uma entidade concreta (como no caso do grupo 1), mas sim da transferência de algo abstrato. N1 faz com que N2 possua um certo tipo de conhecimento, uma certa ideia, ou uma determinada percepção)

82. \*Telefonei a um electricista e um canalizador ontem. (Português Europeu)
83. \*A rapariga telefonou um amigo. / A rapariga telefonou a um amigo. (Português Europeu)
84. O João disse à Maria que vai sair. (Português Europeu)
85. ?? O João disse que vai sair à Maria. (Português Europeu)
86. Ela disse os piores nomes feios para o meu filho. (Português Brasileiro)
87. Eu digo a ela: minha fia, você faz feito eu, minha fia. (Dialeto do Português Brasileiro)
88. Vou contá papai. (Português Brasileiro)
89. Perguntá ele o dia do pagamento. (Português Brasileiro)
90. ...ensinar o povo regras básicas de saneamento. (Português Brasileiro)

**III: Frases que denotam movimento físico; arquétipo do grupo: verbo levar**

(Esse grupo de verbos implica em uma transferência de N1 para N2, denotando um movimento físico prototípico em direção a um alvo. Diante de uma entidade [-animada], temos uma leitura de locativo, e diante de uma entidade [+ animada], uma leitura de beneficiário em adição a de locativo)

91. Ela levava a gente sempre o quadro pra fazer as coisas. (Português Brasileiro)

**IV: O dativo transitivo possessivo**

(Neste grupo, N2 é visto como um recipiente indireto do evento)

92. A mãe preparou o jantar à filha. (Português Europeu)
93. O que é que a mãe fez à filha? Preparou o jantar. (Português Europeu)

94. A Maria preparou um jantar aos convidados/preparou-lhes. (Português Europeu)
95. A Maria preparou o jantar ao João. (Português Europeu)
96. A Maria preparou-lhe o jantar. (Português Europeu)
97. Maria preparou o jantar para/ \*ao João (Português Brasileiro)
98. Maria preparou o jantar para/ \* a ele. (Português Brasileiro)
99. A Maria preparou o jantar para o João. (Português Brasileiro)
100. A menina fez um bolo para o menino. (Português Brasileiro)
101. ?O menino lhe foi feito um bolo. (Português Brasileiro)
102. O pai construiu uma casa à filha. (Português Europeu)
103. O que é que o pai fez à filha? Construiu uma casa. (Português Europeu)
104. A professora lavou as mão aos alunos/lavou-lhes. (Português Europeu)
105. O Pedro lavou o carro à vizinha/lavou-lhe. (Português Europeu)
106. O José admirou a paciência à Maria/admirou-lhe. (Português Europeu)
107. O Pedro admira a paciência à Mimi/admira-lhe. (Português Europeu)
108. O José abriu a porta aos convidados/abriu-lhes. (Português Europeu)
109. O Pedro beijou as mãos à Mimi/beijou-lhes. (Português Europeu)
110. A Ana viu o trabalho ao Carlos/viu-lhe. (Português Europeu)
111. \*O Manuel ouviu a sinfonia ao Berlioz. (Português Europeu)
112. \*O Manuel rasgou a fotografia ao lago. (Português Europeu)
113. A Dina viu-o a ela. (Português Europeu)
114. A Dina viu um disco voador / \* A Dina viu-o a ele. (Português Europeu)
115. O diretor do hospital apresentou a cada paciente o seu médico. (Português Europeu)
116. \*O diretor do hospital apresentou o seu médico a cada paciente. (Português Europeu)
117. Eu vendi ela dois voto. (Português Brasileiro)
118. Ele vendia compade Jacó porco gordo. (Dialeto do Português Brasileiro)

### 3.3 Perfil dos participantes do teste linguístico

A faixa etária dos 10 participantes do pré-teste vai de 15 até 25 anos. Todos os participantes são brasileiros, naturais do estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. 1 participante possui ensino médio incompleto, 1 participante possui ensino médio completo, 5 participantes possuem ensino superior incompleto e 3 participantes possuem ensino superior completo.

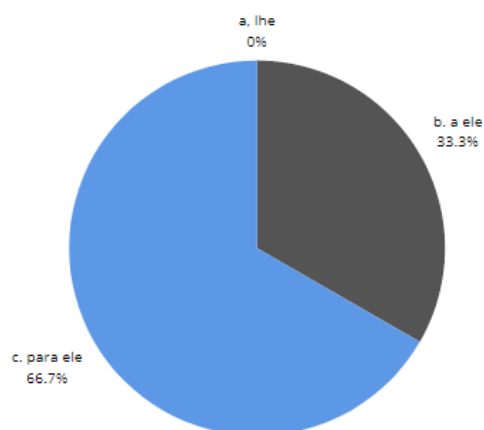
## 4. Análise dos resultados

Nos gráficos a seguir observamos como os participantes se comportaram diante de perguntas que buscavam captar qual preposição era preferível nos contextos exemplificados.

### Gráfico 1

Tendo em vista a frase "O João deu o livro ao Pedro", como você substituiria "ao Pedro"?

- a. lhe
- b. a ele
- c. para ele



---

#### Seção de comentários:

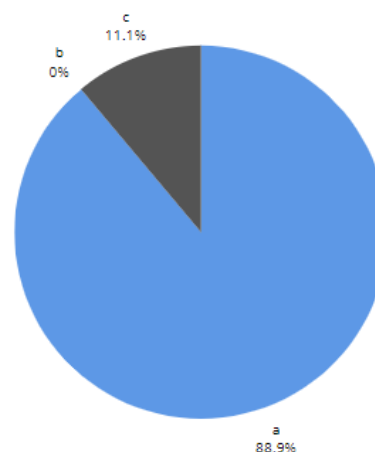
Apesar de considerar "a ele" uma substituição produtiva, eu falaria "para ele" no dia a dia.

Aqui, a porcentagem negativa do clítico demonstra que a alternância com o pronome clítico é menos preferível num contexto de substituição, nos levando a pensar que o falante do PB está perdendo de vista a relação do clítico como pronome de 3ª pessoa. O comentário a respeito de tratar "a ele" uma construção produtiva pode refletir uma exposição maior às normas gramaticais, ao mesmo tempo que relaciona o mais usual no dia a dia.

## Gráfico 2

### Qual das três opções você falaria?

- a. O João entregou o livro ao João para o Pedro.
- b. O João entregou o livro para o João para o Pedro.
- c. O João entregou o livro ao João ao Pedro.



### Seção de comentários:

Não entendi muito bem a afirmativa, marquei a mais próxima do que falaria.

Nessa não consigo entender se João seria outra pessoa que deu o livro para o Pedro, ou se ele também recebeu um livro como Pedro.

A quase unanimidade de escolha da opção a no gráfico 2 vai de encontro com o que se fala no PE quando temos dois argumentos preposicionados na mesma sentença. Espera-se, nesses casos, que o argumento introduzido por *a* seja Alvo ou Fonte enquanto que o introduzido por *para* carregue a semântica de Beneficiário (Gonçalves & Raposo, 2013, p. 1177), como ilustrado em (40) e (41):

(40) a. O Marco comprou um carro [ao vizinho] (Origem) [para o filho] (Beneficiário)

b. O Marco entregou os documentos [ao contínuo] (Destinatário) [para o professor] (Beneficiário)

(41) a. \*O Marco comprou um carro ao vizinho ao filho.

b. \*O Marco entregou os documentos ao contínuo à professora.

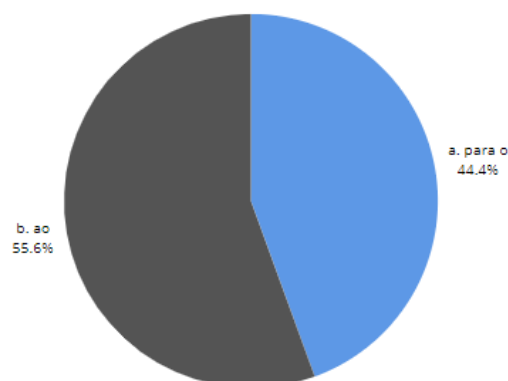
### Gráfico 3

Complete o espaço em branco com a opção mais adequada.

"O João enviou uma carta \_\_\_\_\_ Chile".

a. para o

b. ao



Em relação ao gráfico 3, é possível perceber que diante de um locativo a preposição *a* prevaleceu sobre *para*. As quantidades registradas mostram que parece que o uso de *a* e *para* na introdução de locativos está em variação no PB, pois as porcentagens registradas são muito próximas, com uma leve preferência por *a*. Esse resultado parece interessante se notarmos que Torres Morais (2007) e Gonçalves & Raposo (2013) apontam que diante de um dativo que engloba o papel temático de locativo, os falantes do PE utilizam a preposição *para*, sem que ocorra alternância com os clíticos (cf. 42), ou seja, fato que caracteriza um PP. Nossa hipótese para explicar a ocorrência de *a* com locativos é o fato de a preposição *a* ser ensinada na escola, e portanto, ser um exemplo da norma culta. O que também ajuda a explicar esse resultado é o fato de muitos dos participantes estarem cursando ou já terem terminado o ensino superior. Assim, o uso do *a* se mostra mais recorrente em contextos nos quais se pressupõe uma maior erudição e um monitoramento da fala e da escrita.

## Gráfico 4

Complete o espaço em branco com a opção mais adequada.

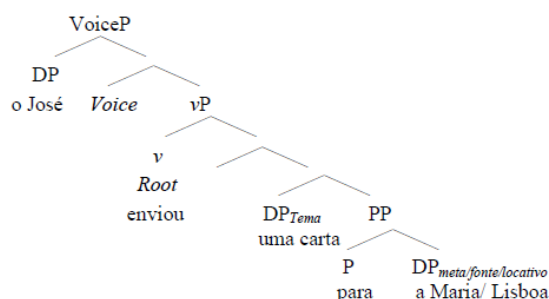
"Marco comprou um carro \_\_\_\_\_ Pedro".

- a. ao
- b. para o
- c. ambas



O resultado do gráfico 4 atende às expectativas para o PB, onde a complemento dativo seria preferencialmente introduzido por *para* (compreendendo as leituras de alvo, beneficiário e locativo).

- (42) a. O José enviou uma carta **para Lisboa** / \*O José enviou-**lhe** uma carta.  
 b. PDC (Estrutura ditransitiva preposicionada)



No gráfico 5 a seguir, vemos a leitura semântica que os falantes fazem a partir das preposições. Em 5, ao contrário do que esperamos ter como resultado de falantes do PE (à medida que nos parece consolidada a leitura semântica de que existe um intermediário entre João e Maria nessa variedade da língua, isso é, que Maria não recebe diretamente de João o livro), os falantes do PB responderam que Maria recebeu o livro diretamente de João. Isso demonstra que, à primeira vista, o *para* implica uma transferência de posse direta no PB, sem que seja necessário intermediários ao evento verbal, ou seja, a leitura semântica de transferência indireta se perdeu em PB.



## Gráfico 5

Qual a sua interpretação da seguinte frase: "O João deu o livro para Maria"?

- a. A Maria recebeu o livro diretamente de João
- b. A entrega foi feita por outra pessoa que não o João
- c. Tanto faz

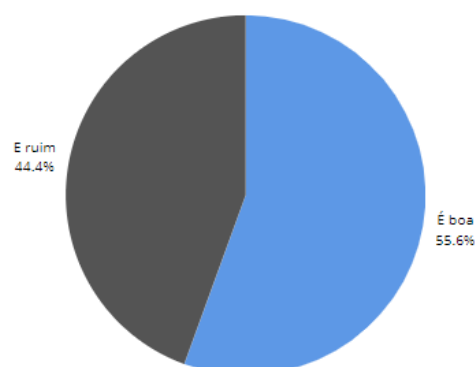


Quanto à testagem da preposição *a* associada a um verbo de criação, vemos no Gráfico 6 que os falantes do PB, apesar de votarem pela gramaticalidade da sentença, percebem uma certa estranheza quanto ao *a*, deixando claro a preferência pelo *para*. Sendo que, segundo a literatura, a sentença com complemento introduzido por *a* é perfeitamente gramatical em PE (Calindro, 2021).

## Gráfico 6

"A Maria preparou o jantar ao João" é uma frase boa? Se sim, o que ela quer dizer?

- a. É boa.
- b. É ruim.




---

### Se sim, o que ela quer dizer?

Que preparou o jantar para ele.

Maria fez o jantar para o João.

Que Maria fez o jantar para o João.

Não acho que sim, porque não falamos "preparar algo a alguém", geralmente falamos "para alguém".

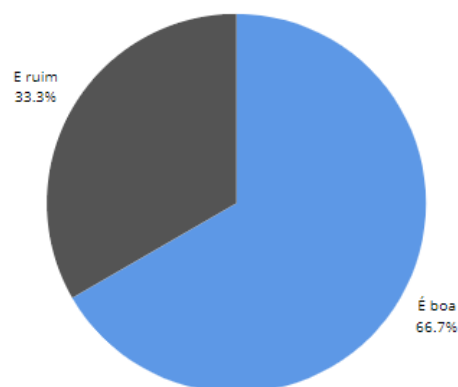
Nos gráficos 7, 8 e 9 é testado se a ordem em que o OD e OI aparecem na sentença gera alguma diferença de aceitabilidade entre os falantes. O exemplo mais interessante ocorre

no gráfico 7, onde podemos observar que os falantes que consideraram a frase ruim, sugeriram corrigi-la invertendo a ordem sintática (OD > OI, como no caso de O João entregou o livro para a Ana) e, em maioria, a substituição de *para* por *a*. Tal sugestão parece nos dizer que a ordem sintática pode influenciar nas preposições preferíveis aos falantes, de modo que, quando em adjacência ao verbo, o OI seria preferencialmente introduzido por *a*. Em 9, observamos que, apesar de quase todas as pessoas terem concordado pela gramaticalidade da frase, a presença de falantes que não consideraram como gramatical pode sugerir que a inversão sintática de OD e OI pode suscitar dúvidas entre os falantes.

### Gráfico 7

"O João entregou para a Ana o livro" é uma frase boa ou ruim? Se for ruim, corrija-a.

- a. É boa.
- b. É ruim.



#### Se for ruim, corrija-a.

- O João entregou o livro para a Ana.
- João entregou à Ana o livro.
- O João entregou à Ana o livro.

### Gráfico 8

"O João entregou à Ana o livro" é uma frase boa ou ruim? Se for ruim, corrija-a.

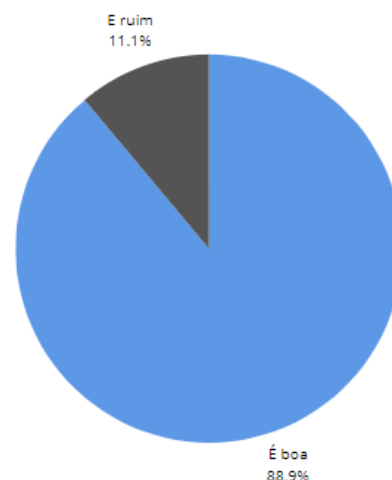
- a. É boa.
- b. É ruim.



## Gráfico 9

"O João entregou a ela o livro" é uma frase boa ou ruim? Se for ruim, corrija-a.

- a. É boa.
- b. É ruim.




---

### Se for ruim, corrija-a.

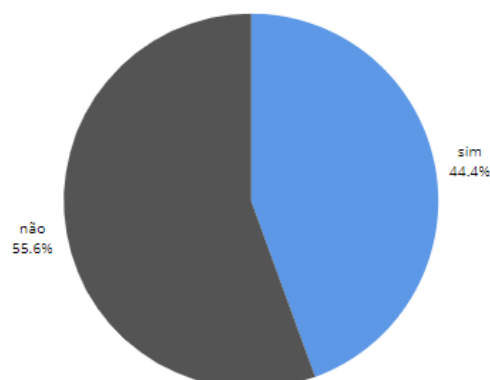
O João entregou o livro a ela.

Já nos gráficos 10 e 11, testamos a percepção dos falantes quanto ao uso do clítico, e também quanto a possibilidade do redobro do clítico. Em 10, é possível observar que a prevalência do não indica que o clítico *lhe* não está sendo associado com *a ele*, de tal modo que construções como a e b geraram interpretações diferentes aos falantes.

## Gráfico 10

Considerando as frases a seguir, você usaria qualquer uma das duas opções?

- a. O João deu-lhe o livro.
- b. O João deu o livro a ele.




---

### Seção de comentários:

As frases apontam sentidos diferentes.  
 No dia a dia, usaria a segunda.  
 Usaria a segunda.  
 Usaria a opção B apenas.

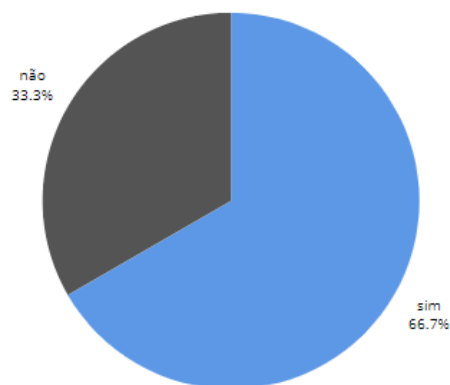
Ainda sobre o gráfico 10, é interessante notar como, no PB, a hipótese que Torres Morais (2007) faz para o PE, de que o clítico de 3ª pessoa é gerado como argumento, parece não ter a mesma validade, a pensar que os comentários se referem majoritariamente a respeito da escolha da opção b, isso pode refletir que os falantes reconhecem a opção, mas preferem a b, ou seja, podemos supor que somente a opção b faz parte da sua Língua-I e que a opção a está relacionada à escolarização, assim como ocorre com o uso da preposição *a*, como mencionado anteriormente.

Em 11, vemos que o reforço pronominal gerado pelo redobro parece recuperar nos falantes a associação do clítico à 3ª pessoa. Ao mesmo tempo, alguns falantes consideram a construção como agramatical. O importante a ser notado é que a leitura de que o destinatário do evento é diferente entre as construções também persiste aqui.

## Gráfico 11

Existe diferença intepretativa entre as frases a seguir?

- a. O João deu-lhe o livro.
- b. O João deu-lhe o livro a ele.



### Seção de comentários:

Na primeira afirmação, João pode ter dado o livro a outra pessoa, a você, por exemplo, já na segunda João deu o livro a ele. A frase B não faz sentido.

Redundância.

"Deu-lhe" já indica que João deu o livro a ele, não havendo necessidade de repetição de "a ele".

Muda a quem o João entregou o livro.

Na primeira frase, fica subentendido que João deu um livro para alguém. A segunda frase é mais comum no português europeu quando a pessoa quer especificar o beneficiário da ação.

Atentando-se aos comentários dos participantes, é valioso observar que o posicionamento de que o redobro do clítico, nesse caso, representaria uma redundância ou uma repetição desnecessária, atesta que o PB vem, de fato, se distanciando do PE no que diz respeito às obrigatoriedades de licenciamento do redobro vistas no PE, como em (43) e (44):

(43) a \*Pedi **a ele** que me enviasse os arquivos.

b. Pedi-**lhe** que me enviasse os arquivos.

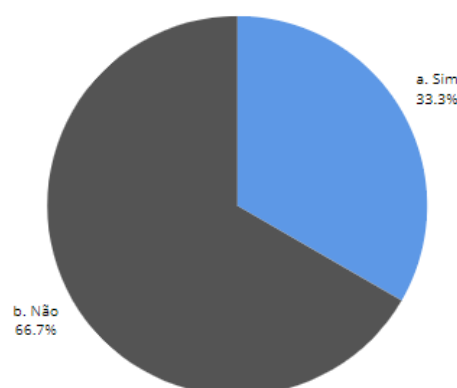
- c. Pedi-**lhe a ele** que me enviasse os arquivos (...a ele, não a ela ...).
- (44) a. O João deu-**lhe** um computador.
- b.\*O João deu **a ele** um computador.
- c. O João deu-**lhe** um computador **a ele** (não a ela...).

Nos gráficos de 12 e 13, observamos a reação dos falantes quanto à tentativa de passivização do OI, à luz do que acontece na língua inglesa. Os resultados indicaram que quase a maioria dos falantes não considerou os exemplos gramaticais. O que nos chama à atenção é a quantidade significativa de falantes que consideraram os exemplos bem formados, em contradição com nossa expectativa. De alguma maneira, a passivização do OI pode estar não apenas relegada às particularidades de determinados dialetos do PB (como citado anteriormente), mas também passível a alguns falantes de outras variedades. Nos resta testar melhor essa hipótese em trabalhos futuros na versão final do teste linguístico, a fim de captar mais evidências do que está acontecendo.

### Gráfico 12

A frase "Ela foi dada um livro" é bem formada?

- a. Sim  
b. Não




---

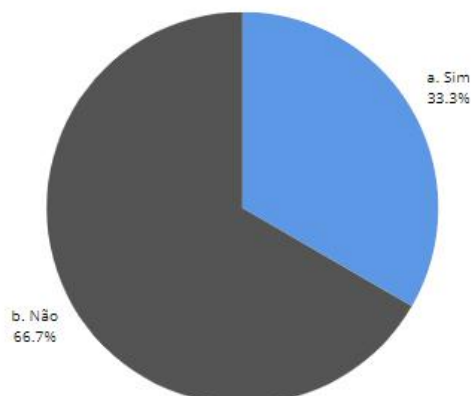
#### Seção de comentários:

Eu colocaria uma preposição antes do pronome.

### Gráfico 13

A frase "Os meninos foram dados um livro" é bem formada?

- a. Sim
- b. Não




---

#### Seção de comentários:

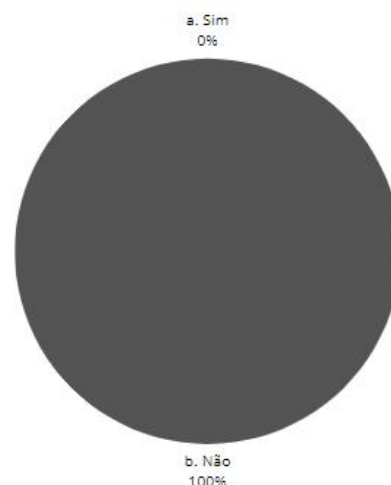
Eu falaria "Aos meninos".

Finalmente, nos gráficos 14, 15 e 16 foi testado como os participantes reagem diante de construções advindas de dialetos do PB. Atendendo nossas expectativas, praticamente todos os falantes consideraram as construções como agramaticais. No entanto, ainda nos parece relevante testar mais vezes exemplos com quantificadores (como havíamos mencionado na seção anterior, nos exemplos de (37) a (39)).

### Gráfico 14

A frase "Eu dei o rapaz o livro" é bem formada?

- a. Sim
- b. Não




---

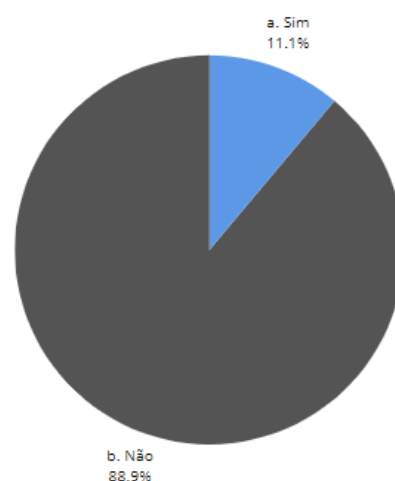
#### Seção de comentários:

Eu colocaria uma preposição antes do artigo que antecede rapaz. "ao rapaz".

## Gráfico 15

A frase "Eu dei o livro o rapaz" é bem formada?

- a. Sim
- b. Não



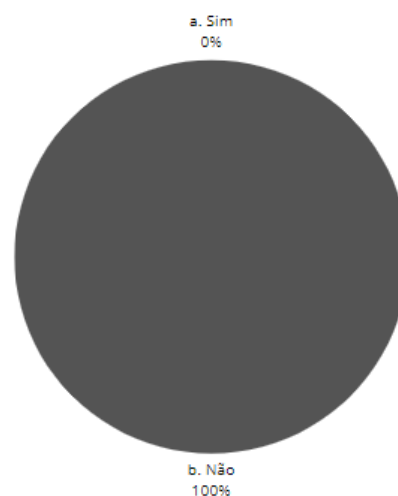
### Seção de comentários:

Mesmo caso da anterior, colocaria uma preposição antes do artigo que antecede rapaz. "Ao rapaz".

## Gráfico 16

A frase "Eu dei o livro todo mundo" é bem formada?

- a. Sim
- b. Não



### Seção de comentários:

Eu dei o livro para/a todo mundo.

Ademais, colocamos 3 ilustrações no pré-teste, onde pedimos ao participante que escrevesse uma frase que exemplificasse o que estava acontecendo no desenho. A intenção era captar a intuição linguística do falante, de modo a perceber, se em um contexto livre, sem interferências, o falante optaria por elaborar uma frase com *para* ou *a*. As ilustrações estão replicadas a seguir.



Imagem 1.



Imagem 2.





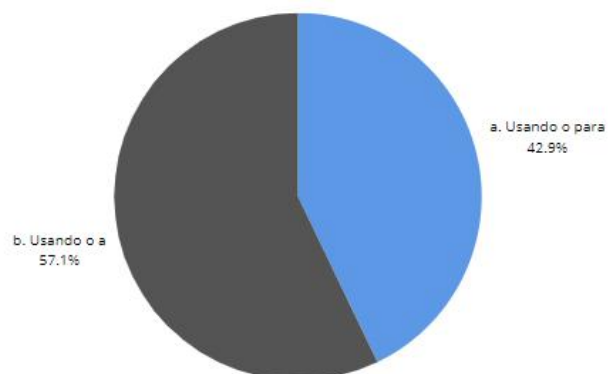
Imagem 3.

O gráfico 17 ilustra o resultado obtido, com a prevalência de frases feitas com a preposição *a* em relação à preposição *para*.

### Gráfico 17

Frases construídas a partir das ilustrações:

- a. Usando o *para*
- b. Usando o *a*



## 5. Considerações finais e próximos passos

Neste trabalho, buscamos traçar um panorama de como os núcleos aplicativos foram reconhecidos ao longo da literatura linguística, além de uma caracterização do comportamento das estruturas ditransitivas. Foram analisadas duas estratégias de introdução dativa, a DOC e a PDC, tendo em vista a observação do português. Retomamos os principais estudos que abordam a possibilidade ou não do português comportar o fenômeno da alternância dativa. Ao estabelecermos um comparativo entre os pontos de divergência entre os autores, conseguimos mapear os principais elementos a serem levados em conta para um estudo mais conclusivo sobre o tema.

Tendo isso em vista, elaboramos um pré-teste linguístico, a fim de testarmos o comportamento dos falantes do PB em relação a contextos e fenômenos previamente selecionados e organizados em um banco de frases. Apresentamos os resultados obtidos através da coleta de dez respostas e comentamos nossa percepção sobre os mesmos. Em resumo, os resultados apontaram que os brasileiros parecem preferir o uso do *para*. Há de levar em conta também levando a relevância do *a*, devido ao número expressivo de informantes escolarizados que participaram do pré-teste. Também notamos que a realização de um PP é preferível no lugar do clítico. Não reconhecemos o redobro no PB, porém, em alguns contextos, a voz passiva pareceu possível aos participantes, o que nos leva a pensar que essa pode estar associada à uma construção mais rebuscada, e, portanto, com uma aparência que sugere aceitabilidade.

É importante situar, no entanto, que os resultados observados não são conclusivos. De modo que, as observações feitas sobre os resultados englobam novos aspectos a serem testados futuramente. Sendo assim, nosso esforço se dará em torno de um trabalho futuro que contemple um teste linguístico mais amplo. Coletaremos, além de respostas de falantes do PB, respostas e comentários de falantes do PE.

## 6. Referências bibliográficas

ALSINA, Alex; MCHOMBO, Sam. (1993). Object Asymmetries and the Chichewa Applicative Construction. In Sam A. Mchombo, ed., *Theoretical Aspects of Bantu Grammar* 1. CSLI Publications, Stanford, CA, 17-46.

BAKER, Mark (1988). Theta Theory and the Syntax of Applicatives in Chichewa, *Natural Language and Linguistic Theory*.

BARSS, Andrew; LASNIK, Howard. (1986) A Note on Anaphora and Double Objects. *Linguistic Inquiry*, [S. l.], v. 17.

BARROS, Isis J. F. A variação nas construções dativas no dialeto de Helvécia (BA). Lauro de Freitas (BA): UNIME. Trabalho de Conclusão de Curso, 2008.

BARROS, I; CALINDRO, A. R. (2023). Double Object Constructions in Afro-Brazilian Portuguese: contact driven L2 acquisition and maximize minimal means. *Isogloss. Open Journal of Romance Linguistics*.

BERLINCK, R. de A. (1996) The Dative. In: VAN BELLE, W. & VAN LANGENDONCK, W. (org.) *Case and grammatical Relations Across Languages. Vol I Descriptive Studies*. John Benjamins Publishing Company. pp.119-151.

BERLINCK, R. de A. Dativo ou locativo? Sobre sentidos e formas do 'dativo' no português. *Revista Letras*. n. 56, pp. 159-175. Curitiba, 2001.

BRITO, A. (2010). Do European Portuguese and Spanish have the Double Object Construction? . *ENCUENTROGG. V Encuentro de Gramática Generativa*. (pp. 81-114).

BRITO, A. (s/d). *Construções de objecto indireto preposicionais e não preposicionais: uma abordagem generativo- constructivista*. Centro de Linguística da Universidade do Porto.

CALINDRO, Ana Regina. (2015). *Introduzindo argumentos: Uma proposta para as sentenças ditransitivas do português brasileiro*. Ph.D. thesis, São Paulo Universidade de São Paulo.

CALINDRO, A. Ditransitive constructions: what sets Brazilian Portuguese apart from other Romance languages? In PINEDA, Anna; MATEU, Jaume (eds.). *Dative constructions in Romance and beyond (Open Generative Syntax 7)*. Berlin: Language Science Press, v. 7, p. 75-95, 2020.

CAVALCANTE, Rerisson; BARROS, Isis. (2012) *Construções de duplo objeto em dois dialetos brasileiros*. *Revista Eletrônica de Linguística*, [S. l.], ano 2012, v. 6, n. 1, p. 477-499.

CÉPEDA, P. R.; CYRINO, S. (2020). Putting objects in order: Asymmetrical relations in Spanish and Portuguese ditransitives. En *Dative constructions in Romance and beyond*. (pp. 97 - 116). Language Science Press.

CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, Noam. *Knowledge of Language*. New York: Praeger, 1986.

CUERVO, Cristina. (2003). *Datives at large*. Phd. Dissertation, MIT.

HALE, K. & KAYSER, S. J. (1993) On argument structure and lexical expression of syntactic relations. In: *The view from building 20*. In HALE, K. & KEYSER, J. S. (eds.). Cambridge. Mass. MIT Press. pp. 53-110.

KRATZER, Angelika (1994) *The Event Argument and the Semantics of Voice*. Ms. University of Massachusetts, Amherst.

LARSON, Richard Kemp. (1988). On the double object construction. *Linguistic Inquiry* 19 (3): 335–391.

MARANTZ, A. (1984). *On the Nature of Grammatical Relations*. Cambridge, MIT Press.

MARANTZ, Alec. (1993). Implications of asymmetries in double object constructions. In Sam Mchombo (ed.), *Theoretical aspects of Bantu grammar*, 113–150. Stanford, CA: CSLI.

PYLKKÄNEN, L. (2002). *Introducing Arguments*. PhD . Dissertation. MIT.

PYLKKÄNEN, Liina. 1999. Causation and External Arguments. In Liina Pylkkänen, Angeliek van Hout and Heidi Harley (eds.), *Papers from the Penn/MIT Roundtable on the Lexicon*. MITWPL 35, Cambridge, MA.

PYLKKÄNEN, Liina. 2000. *Deriving Adversity*. To appear in the Proceedings of WCCFL XIX, UCLA, Los Angeles, California.

TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos In: LOBO T; RIBEIRO, I; Z & ALMEIDA, N. *Novos dados, novas análises*. Vol. VI. Tomo I. Salvador. EDUFBA, 2006.

TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. “ ‘Eu disse pra ele’ ou ‘Disse-lhe a ele’”: A expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. In: CASTILHO, A. et al. *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas, Ed. Pontes. 2007.

TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. O objeto indireto: argumentos aplicados e preposicionado. In: Sonia Cyrino; Maria Aparecida Torres Morais. (Org.). *Mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista*. 1ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 252-307.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida. (2007) *Dativos*. Tese de Livre Docência. São Paulo, SP. Universidade de São Paulo.

WOOD, David. (2009). Effects of focused instruction of formulaic sequences on fluent expression in second language narratives: A case study. *Canadian Journal of Applied Linguistics/Revue Canadienne de Linguistique Appliquée*. 12.

